



PROJETO DE LEI Nº 041/2025

Tunas/RS, 31 de outubro de 2025.

**ORÇA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO  
MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2026.**

**Paulo Henrique Reuter**, Prefeito de Tunas-RS, no uso de suas atribuições Legais e Constitucionais, apresenta o presente Projeto de Lei, para seja apreciado e aprovado por essa Casa Legislativa:

**Art. 1º** - A receita para o exercício de 2026 é orçado em R\$ 45.000.000,00 (Quarenta e cinco milhões de reais) e será arrecadada de conformidade com a legislação vigente, obedecendo a seguinte classificação geral:

**RECEITAS CORRENTES**

Receitas Tributárias	2.892.485,00
Receitas de Contribuições	1.145.000,00
Receitas Patrimonial	3.699.650,00
Receitas de Serviços	1.200.450,00
Transferências Correntes	35.707.145,00
Outras Receitas Correntes	104.450,00
Receitas Intra-Orçamentárias	4.100.000,00
Deduções	(-)4.640.180,00
Sub total das Receitas Correntes	44.209.000,00

**RECEITA DE CAPITAL**

Operações de Crédito	1.000,00
Alienação de Bens	210.000,00
Transferências de Capital	580.000,00
Sub total das Receitas de Capital	791.000,00

**TOTAL GERAL DA RECEITA** R\$ 45.000.000,00 (Quarenta e cinco milhões de reais).

**Art. 2º.** A despesa para o exercício de 2026 é fixada em R\$ 45.000.000,00 (Quarenta e cinco milhões de reais) e será realizada de conformidade com as especificações constantes das tabelas anexas, que ficam fazendo parte integrante desta Lei.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS**

**Art. 3º.** Fica o Poder Executivo autorizado, de acordo com os disposto nos art. 7º, 42 e 43 da Lei nº 4.320/64 e no art. 165, § 8º da Constituição Federal, a:

I – abrir crédito suplementar para atender despesas relativas a aplicação ou transferência de receitas vinculadas que excedam a previsão orçamentária correspondente até o limite recebido;

II – abrir crédito suplementar para remanejar dotações orçamentárias no mesmo projeto ou atividade, existindo os elementos de despesa nas respectivas atividades ou projetos, até o limite da dotação;

III – abrir crédito suplementar com saldo de recursos vinculados não utilizados no exercício passado, até o limite do saldo bancário livre;

IV – abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total autorizada, conforme prevê a Lei orgânica do Município;

V – realizar em qualquer mês do exercício operações de crédito por antecipação de receita e oferecer garantias usuais necessárias, até o limite fixado pela Constituição Federal.

**Art. 4º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal, TUNAS/RS, 31 de outubro de 2025.**

**PAULO HENRIQUE REUTER**

**Prefeito Municipal**